



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Abril de 2016

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Maria José Capelo Rodrigues Morgado, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues ;
- Procurador-Geral-Adjunto Dr. Vítor Manuel Silva de Almeida Guimarães;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente) e Ricardo Rodrigues da Costa Correia Lamas;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Manuel de Magalhães e Silva, Alfredo José Leal Castanheira Neves, António José Barradas Leitão (Membro permanente) e João Luís Madeira Lopes;
- Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Professor Doutor José Joaquim Gomes Canotilho e Dr. Augusto Godinho Arala Chaves;

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

Boletim Informativo
N.º 04/2016

REUNIÃO:

• **Plenário de
05/04/2016**

SUMÁRIO: (Pág)

Pontos antes da ordem do dia	2
Actas	2
Comissões de serviço	2
Lista de antiguidade	3
Recursos e reclamações	3
Nomeação de representante do Conselho	4
Visita oficial da Conselheira Procuradora-Geral da República à ERA de Macau	4

PONTOS ANTES DA ORDEM DO DIA**Curso de magistrados coordenadores**

1. O Conselho aprovou, por unanimidade, a lista de candidatos admitidos a frequentar o curso de formação de coordenador de Comarca.
O Dr. João Palma não participou na votação deste ponto.

ACTAS

2. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião em Plenário de 1 de Março de 2016.

COMISSÕES DE SERVIÇO

3. Renovação da comissão de serviço que o procurador-geral adjunto Lic. Gonçalo Nuno de Matos Eleutério Silva vem exercendo como Inspector do Ministério Público.
O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a mencionada comissão de serviço.
4. Renovação da comissão de serviço que o procurador-geral adjunto Lic. João António Silveira Palma Ramos vem exercendo como Inspector do Ministério Público.
O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a mencionada comissão de serviço.
5. Renovação da comissão de serviço que o procurador-geral adjunto Lic. Albano Manuel Morais Pinto vem exercendo como Inspector do Ministério Público.
O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a mencionada comissão de serviço.
6. Renovação da comissão de serviço que a procuradora-geral adjunta Lic. Maria Paula de Ataíde Peres vem exercendo como Inspectora do Ministério Público.
O Conselho deliberou, por unanimidade, renovar a mencionada comissão de serviço.

7. Pedido de autorização para renovação da comissão de serviço que o procurador da República Lic. José Paulo Ribeiro de Albuquerque vem exercendo como Coordenador Distrital de formação do Centro de Estudos Judiciários nos tribunais do distrito judicial de Évora.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou renovar a mencionada comissão de serviço, por um ano.

Os Drs. Maria Raquel Desterro e Manuel de Magalhães e Silva abstiveram-se.

Os Drs. João Palma, Cristina Ermida, Sandra Alcaide e Jorge Oliveira lavraram declaração de voto.

LISTA DE ANTIGUIDADE

8. O Conselho aprovou, por unanimidade, a Lista de Antiquidade de Magistrados do Ministério Público, reportada a 31 de Dezembro de 2015.

RECURSOS E RECLAMAÇÕES

9. Reclamação da deliberação da Secção Permanente do Conselho Superior do Ministério Público, de 24 de Novembro de 2015, que determinou o arquivamento do inquérito disciplinar.

Relator: Dr. Magalhães e Silva.

O Conselho deliberou, por unanimidade, não conhecer, por ilegitimidade da Reque-rente, das reclamações da decisão da Secção Disciplinar e permitir à mesma o acesso parcial ao inquérito disciplinar, depois de expurgado de toda a informação de natureza nominativa.

10. Recurso hierárquico interposto por técnico de justiça adjunto da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que lhe aplicou a pena de 20 dias de suspensão.

Relator: Dr. João Palma.

O Conselho deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

11. Recurso hierárquico interposto por técnico de justiça adjunto da deliberação do Conselho dos Oficiais de Justiça que lhe aplicou a pena disciplinar de €180,00 de multa.

Relator: Dr. Ricardo Lamas

O Conselho deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso.

12. Recurso interposto por técnico de justiça auxiliar a exercer funções na comarca de Aveiro, do despacho n.º 18/2015, proferido pelo Administrador Judiciário, que colocou o Recorrente na 1.ª Secção de Família e Menores da Instância Central de Aveiro.

Relatora: Dr.ª Cristina Ermida.

O Conselho deliberou, por unanimidade, julgar procedente o recurso e anular o despacho em apreço.

13. Pedido de esclarecimento do acórdão do Plenário do Conselho Superior do Ministério Público, de 19 de Janeiro de 2016, formulado por técnica de justiça adjunta.

Relator: Dr. Barradas Leitão

O Conselho deliberou, por unanimidade, não emitir pronúncia acerca do requerimento e remeter o mesmo para o COJ juntamente com os processos a que respeita, para apreciação em sede de execução da pena.

NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO CONSELHO

14. Designação de um membro do Conselho Superior do Ministério Público para integrar o júri do concurso para juiz do Supremo Tribunal Administrativo (artigo 66.º, n.º 3, alínea b), subalínea iii), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais).

O Conselho deliberou, por unanimidade, designar o Dr. Barradas Leitão para integrar o referido júri.

VISITA OFICIAL DA CONSELHEIRA PROCURADORA-GERAL DA REPÚBLICA À ERA DE MACAU

15. O Conselho deliberou, por unanimidade, mandar a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República para estabelecer com as autoridades da Região Administrativa Especial de Macau um acordo relativo ao exercício de funções de magistrados do Ministério Público de Portugal em tal região.